



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PROJETO BÁSICO
CONCURSO PÚBLICO DE JUIZ SUBSTITUTO**

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Do objeto

Prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e realização de concurso público único, nos termos de proposta, para o provimento de 50 (cinquenta) cargos de cargo de Juiz Substituto, sendo 38 (trinta e oito) ampla concorrência, 10 (dez) para candidatos negros, observando o valor de 20% disposto na Resolução nº 203 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e 2 (duas) reservadas aos candidatos portadores de deficiência, considerando o percentual de 5% determinado na Lei de nº 7853/89. Em relação ao subsídio, estabelecido pela Lei nº 15. 777 DE 2015, o valor é de R\$ 26.125,17 (vinte e seis mil, cento e vinte e cinco reais e dezessete centavos).

1.2 Da justificativa

Atualmente, encontram-se vagos no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) 50 (cinquenta) cargos de Juiz Substituto, provenientes das vacâncias e da Lei nº 14.407/09. Nesse sentido, como forma de assegurar a efetiva prestação jurisdicional à população cearense, torna-se necessária a abertura de concurso público para provimento desses cargos, a ser determinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos termos do inciso XV, art. 53 da Lei nº 12.342/94.

Essa determinação, por sua vez, oficializou-se através da Portaria nº 1360/2017, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 17/08/17, que instituiu a Comissão do Concurso Público de provas e títulos para o provimento do cargo de juiz substituto do



Poder Judiciário do Estado do Ceará. Ressalta-se que a presente contratação objetiva o atendimento dessa demanda, em observância ao disposto nas Resoluções nº 75, de 12 de maio de 2009, nº 208, de 10 de novembro de 2015, nº 203, de 23 de junho de 2015, nº 118, de 3 de agosto de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que tratam das normas e critérios relacionados ao concurso para ingresso na carreira da magistratura do Poder Judiciário nacional.

Por fim, salienta-se que as vagas existentes e indicadas no edital poderão ser acrescidas, durante o prazo de validade do concurso, de acordo com as dotações orçamentárias e a necessidade de serviço.

1.3. Do valor da taxa de inscrição

O valor da taxa de inscrição será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 17, da Resolução nº 75/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando o valor do subsídio estabelecido na Lei nº 15.777, de 6 de abril de 2015.

1.4. Estimativa de candidatos

Estima-se um contingente de, aproximadamente, 5.000 (cinco mil) candidatos que concorrerão à totalidade das vagas oferecidas no concurso público. Esse quantitativo considerou a quantidade de candidatos inscritos no último concurso, realizado no ano de 2014, podendo o número final, apurado no encerramento das inscrições, não corresponder a essa estimativa.

1.5. Das etapas do concurso

O concurso público far-se-á, em obediência à Resolução 75/09 do CNJ, por meio das etapas a seguir, que serão realizadas na cidade de Fortaleza/CE, considerando-se o horário oficial de Brasília.

- a) **Primeira etapa** – prova objetiva seletiva, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;
- b) **Segunda etapa** – duas provas escritas, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;

c) **Terceira etapa** – será composta das seguintes fases:

- I – sindicância da vida pregressa e investigação social, de responsabilidade da CONTRATADA, com exceção da análise da documentação de cunho policial que será de responsabilidade do CONTRATANTE; (?)
 - II – exame de sanidade física e mental, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;
 - III – exame psicotécnico, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;
- d) **Quarta etapa** – prova oral, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;
- e) **Quinta etapa** – avaliação de títulos, de responsabilidade da instituição CONTRATADA e da Comissão do Concurso;

1.6 Da indicação de instituição especializada

Em análise das propostas das bancas que demonstraram interesse em realizar o certame, constatam-se os seguintes pontos em comum, contidos na Resolução de nº 75 do Conselho Nacional de Justiça, sendo todos de responsabilidade das organizadoras:

- Inscrição preliminar, com avaliação dos candidatos que se declararem deficientes e negros;
- 1ª Fase: prova objetiva seletiva com 100 (cem) itens em 5 horas;
- 2ª Fase: prova prática – elaboração de duas sentenças;
- 4ª Fase: prova oral; e
- 5ª Fase: avaliação de títulos.

No que diz respeito aos pontos divergentes das propostas, segue quadro abaixo:

FCC	INSTITUTO MAIS	CEBRASPE
Não realizará a 3ª Fase do concurso - Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico – por não possuir corpo técnico especializado na área.	Realizará a 3ª Fase do concurso - Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico	Realizará a 3ª Fase do concurso - Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico



<p>Valor total da proposta, considerando 5.000 (cinco mil) inscrições realizadas: R\$ 1.565.441,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais).</p> <p>Valor cobrado por inscrição excedente: R\$ 92,00 (noventa e dois reais).</p>	<p>Valor total da proposta, considerando 5.000 (cinco mil) inscrições realizadas: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).</p> <p>Valor cobrado por inscrição excedente: R\$ 120,00 (cento e vinte reais)</p>	<p>Valor total da proposta, considerando 5.000 (cinco mil) inscrições realizadas: R\$ 1.160.250,71 (um milhão, cento e sessenta mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e um centavos).</p> <p>Valor cobrado por inscrição excedente: R\$ 78,00 (setenta e oito reais)</p>
<p>Forma de pagamento:</p> <p>- 1ª Parcela: 30% do valor contratado, dez dias após o término do período de pagamento das taxas de inscrição;</p> <p>- 2ª Parcela: 20% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova Objetiva;</p> <p>- 3ª Parcela: 20% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova Discursiva;</p> <p>- 4ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova de Sentença;</p> <p>- 5ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a</p>	<p>Forma de pagamento:</p> <p>- 1ª Parcela: 30% do valor contratado, após o encerramento das inscrições</p> <p>- 2ª Parcela: 20% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova Objetiva;</p> <p>- 3ª Parcela: 20% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova Discursiva;</p> <p>- 4ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a entrega dos resultados da Prova de Sentença;</p> <p>- 5ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a</p>	<p>Forma de pagamento:</p> <p>- 1ª Parcela: 30% do valor contratado, dez dias após o término do período de pagamento das taxas de inscrição;</p> <p>- 2ª Parcela: 20% do valor contratado, dez dias após o resultado da Prova Objetiva;</p> <p>- 3ª Parcela: 20% do valor contratado, dez dias a partir da entrega dos resultados da Prova Discursiva;</p> <p>- 4ª Parcela: 10% do valor contratado, dez dias após publicação dos resultados da Prova de Sentença;</p> <p>- 5ª Parcela: 10% do valor contratado, dez dias após</p>



entrega dos resultados da Prova Oral; e - 6ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a entrega do resultado final.	entrega dos resultados da Prova Oral; e - 6ª Parcela: 10% do valor contratado, paga contra a entrega do resultado final.	publicação dos resultados da Prova Oral; e - 6ª Parcela: 10% do valor contratado, dez dias após publicação do resultado final do certame.
Sem informações na proposta.	Garantia de 5%	Garantia de 5%
Sem informações na proposta.	Sem informações na proposta.	Candidato sub judice (sem aditivo): responsabilidade até 10% do total de candidatos.
Exame grafotécnico	Exame grafotécnico	Exame grafotécnico e coleta de digital para identificação dos candidatos e, em casos de suspeita, análise e confirmação de digitais até 50 (cinquenta) candidatos em única oportunidade.
Multa por atraso no pagamento: juros de 12% ao ano e multa de 2% calculado sobre o valor da parcela vencida.	Sem informações na proposta	Sem informações na proposta.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a 3ª Etapa do Concurso – Sindicância de Vida Progressiva e Investigação Social será de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Ceará. Além disso, observa-se que apenas o Instituto Mais e o Cebraspe dispõem de corpo técnico qualificado para a realização dos Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico, de tal modo que, em contratando a FCC, restaria ao Tribunal a responsabilidade pela realização dessa etapa do concurso diretamente ou por meio da contratação de outra entidade, o que importaria, por óbvio, no aumento do custo para realização do certame.

Nessa perspectiva, verifica-se uma certa distorção no preço apresentado por essa fundação, haja vista a realização da mencionada fase pelos outros concorrentes e a



diferença de preço equivalente a R\$ 405.190,29 (quatrocentos e cinco mil, cento e noventa reais e vinte nove centavos) em relação ao Cebraspe e R\$ 605.441,00 (seiscentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais) em relação ao Instituto Mais.

No que tange à distinção de preços apresentada pelo Instituto Mais em relação ao Cebraspe da ordem de R\$ 200.250,71 (duzentos mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), é necessário observar que este prevê a inclusão, sem custos adicionais, de candidatos *sub judice* nas etapas do concurso de sua responsabilidade, quando tal fato decorrer de falha na execução de serviço imputada exclusivamente a ele.

Ademais, no que diz respeito à *expertise*, é forçoso reconhecer que o Cebraspe demonstrou a realização de diversos exames de cunho nacional nos últimos cinco anos, inclusive vários concursos para magistratura de outros Tribunais de Justiça do país, enquanto o Instituto Mais nunca foi contratado para realização de exame em âmbito nacional nem relacionados à Magistratura, restringindo-se a concursos em âmbito estadual e, principalmente, de Prefeituras.

Além disso, verifica-se que, no que concerne aos procedimentos de segurança para aplicação e julgamento das provas, o Cebraspe apresentou infraestrutura e técnicas bastante superiores aos demonstrados pelo Instituto Mais, o que é indispensável para a manutenção da lisura do certame.

Desse modo, tendo em vista as distinções apresentadas neste documento, no tocante à técnica, *expertise* necessária e aos preços apresentados pelas concorrentes para realizar o certame, sugere-se que o Cebraspe seja o instituto contratado para tal fim.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Caberá à instituição CONTRATADA garantir a completa e efetiva consecução do objetivo explicitado neste projeto básico, com a observância das normas legais incidentes e das disposições que se seguem.

2.1. Das Bancas Examinadoras

2.1.1. À instituição CONTRATADA, na qualidade de órgão executor, incumbe-se a organização das bancas para a elaboração e correção das provas, devendo o CONTRATANTE acatar o critério tradicional da confidencialidade de sua constituição;

2.1.1.1 O critério de que trata o subitem 2.1.1 dessa cláusula consiste, basicamente, na

segurança e no sigilo da seleção quanto a:

- a) manter-se exclusivamente na alçada da instituição CONTRATADA a indicação dos nomes dos participantes, internos e externos, que integrem as referidas bancas; e
- b) assegurar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação.

2.2. Das Obrigações

2.2.1. Das obrigações do CONTRATANTE:

- I. Fornecer todas as informações necessárias à elaboração do concurso, tais como legislação aplicável, número de vagas, descrição do cargo, remuneração, requisitos para provimento, bem como outras informações relevantes ao certame;
- II. Encaminhar à CONTRATADA os pré-requisitos, descrições sumárias do cargo e os conteúdos programáticos das provas, conforme definido no art. 6º, 32, 47, 49 e 65 da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, a serem publicados no Edital de Abertura de Inscrições, em data a ser definida no Cronograma de Atividades;
- III. Definir e acompanhar a execução, junto à CONTRATADA, quanto às datas relativas às atividades constantes deste contrato e fazer cumprir o respectivo cronograma;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio da comissão do concurso, que intermediará os contatos com a CONTRATADA para fins de esclarecimento de dúvidas, de troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste contrato;
- V. Abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência da CONTRATADA;
- VI. Encaminhar para publicação, no Diário da Justiça do Estado do Ceará, os editais elaborados em conjunto com a CONTRATADA, arcando com o respectivo ônus referente a essa publicação e, ainda, as listagens, os comunicados e quaisquer materiais pertinentes ao concurso, inclusive a lista dos aprovados, nos termos das exigências legais;
- VII. Arcar com o ônus advindo das eventuais isenções de taxas de inscrição concedidas aos candidatos amparados pela Lei Estadual nº 11.551, de 18 de maio de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 19 de maio de 1989, pela Lei Estadual nº 12.559, de 29 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial de 7 de fevereiro de 1996, e pela Lei 13.844, de 27 de novembro de 2006, publicado no Diário



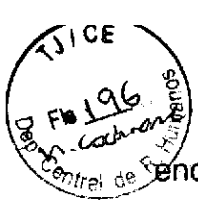
Ofício de 30 de novembro de 2006;

- VIII. Homologar: o resultado da análise das isenções e das solicitações de inscrições preliminares realizada pela CONTRATADA;
- IX. Enviar as informações necessárias para confecção do documento de arrecadação das taxas de inscrição que será confeccionado pela CONTRATADA, após validação do CONTRANTE;
- X. Responsabilizar-se, quanto à inscrição definitiva, no que diz respeito à sindicância de vida pregressa e investigação social, pela análise dos documentos que eventualmente tenham cunho policial dos candidatos convocados para essa etapa, de acordo com o estabelecido no Edital de Abertura do certame;
- XI. Encaminhar à CONTRATADA as decisões acerca do julgamento, pela Comissão do Concurso, dos recursos interpostos pelos candidatos, em todas as etapas do concurso público, antes da divulgação do resultado e classificação final dos candidatos;
- XII. Homologar os resultados de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas seletivas e contra os resultados provisórios das demais etapas, antes da divulgação do resultado final dessas provas;
- XIII. Responsabilizar-se pela avaliação, durante o período de aquisição de vitaliciedade, da compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência dos candidatos, de acordo com o § 2º do artigo 73 da Resolução nº 75/2009;
- XIV. Indicar os responsáveis por realizar a vistoria no material a ser utilizado para consulta nas Provas Discursiva e Práticas de Sentença, arcando com eventuais despesas decorrentes;
- XV. Solicitar informações à CONTRATADA, via ofício, que subsidiarão as respostas e às ações judiciais propostas em desfavor do CONTRATANTE, os quais serão respondidos em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, de acordo com a natureza da Ação Judicial;
- XVI. Compartilhar com a CONTRATADA os ônus decorrentes de eventual reaplicação de prova quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes deste Contrato e implicarem em desequilíbrio econômico-financeiro;
- XVII. Cumprir com todas as obrigações contratuais, sob pena de rescisão contratual e pagamento de perdas e danos à CONTRATADA e pelos serviços até então realizados;
- XVIII. Notificar a CONTRATADA a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

XIX. Homologar o resultado final do concurso público, informando à CONTRATADA a data de homologação.

2.2.2. Das obrigações da CONTRATADA:

- I. Observar a legislação e as normas aplicáveis ao concurso público, especialmente o edital regedor do certame aprovado pelo CONTRATANTE;
- II. Realizar o concurso público, na cidade Fortaleza/CE, mediante a realização das etapas constantes do item 1.5 desse projeto básico;
- III. Elaborar editais, comunicados, formulários, instruções, cadastros e listagens, necessários à execução do certame e submetê-los à aprovação do CONTRATANTE, comprometendo-se a divulgá-los somente após anuência formal deste, observando o cumprimento dos prazos legais, reservando-se, ainda, o direito de publicar em seu sítio da internet os mencionados atos ou comunicados informativos na hipótese de o CONTRATANTE atrasar a publicação ou não autorizar a publicação no prazo estabelecido em cronograma de atividades do concurso público;
- IV. Disponibilizar no endereço eletrônico da instituição, em link específico, todos os editais e comunicados referentes ao concurso público;
- V. Disponibilizar no endereço eletrônico da instituição, em link específico, sistemas de busca para que os candidatos tenham acesso ao seu local de realização das provas;
- VI. Divulgar o concurso público em conformidade com o disposto na proposta de prestação de serviços;
- VII. Disponibilizar central de atendimento aos candidatos, nos termos da proposta de prestação de serviços, oferecendo atendimento por telefone, e-mail, fax, carta ou pessoalmente, além de atendimento diferenciado aos portadores de deficiência, com vistas a proporcionar-lhes as condições necessárias à participação no certame, de acordo com os critérios de viabilidade e razoabilidade;
- VIII. Responsabilizar-se pelo processo de inscrição nos termos da proposta de prestação de serviços;
- IX. Responsabilizar-se pela confecção dos documentos de arrecadação das taxas de inscrição, que estarão disponíveis durante os períodos de inscrição, de acordo com as informações bancárias a serem encaminhadas pelo CONTRATANTE;
- X. Desenvolver sistema computacional para recebimento das solicitações de inscrição e de isenção de taxas de inscrição e para a interposição de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares e os resultados provisórios das demais etapas do concurso público no



endereço eletrônico da CONTRATADA;

- XI. Avaliar a documentação exigida para concessão de eventual isenção de taxa de inscrição, bem como as respostas a eventuais requerimentos interpostos por candidatos a respeito do indeferimento dos pedidos de isenção de taxas;
- XII. Analisar as isenções cadastradas preliminarmente no momento da inscrição, em data prevista no cronograma do concurso, e submeter o resultado ao CONTRATANTE para homologação;
- XIII. Desenvolver sistema computacional específico para a formação do cadastro de dados do concurso público, envolvendo a criação, a produção e o desenvolvimento de sistema computacional de armazenamento dos dados cadastrais em que serão guardadas todas as informações pertinentes aos candidatos regularmente inscritos;
- XIV. Responsabilizar-se pela criação gráfica, composição, personalização e padronização dos formulários ópticos a serem utilizados no concurso, bem como pela criação e desenvolvimento de sistema computacional próprio para impressão dos formulários;
- XV. Responsabilizar-se pelo recebimento através dos Correios da documentação apresentada pelo candidato, durante o período de inscrição preliminar, de acordo com o disposto nos artigos 23, 24, 25, 26, 27 e 28 da Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça, bem como pela análise da documentação e pelas respostas a eventuais requerimentos interpostos pelo candidato a respeito do não-deferimento da inscrição preliminar;
- XVI. Contratar os integrantes da banca examinadora para a realização das etapas de sua responsabilidade, bem como realizar quaisquer pagamentos devidos a esses integrantes;
- XVII. Elaborar, revisar, compor, imprimir, acondicionar e transportar e distribuir as provas;
- XVIII. Elaborar prova objetiva seletiva (primeira etapa) e realizá-la, de acordo com o disposto nos artigos 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, que contemplará 100 questões, as quais serão agrupadas em conformidade com o estabelecido na proposta técnica apresentada pela CONTRATADA;
- XIX. Convocar para realizar as provas escritas discursivas (segunda etapa) os candidatos aprovados na prova objetiva seletiva até a 300ª (trecentésima) colocação, respeitados os empates na última posição;
- XX. Elaborar a prova escrita discursiva e realizá-la de acordo com o disposto nos artigos 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 57-A da Resolução nº 75, do



Conselho Nacional de Justiça, que contemplará duas provas discursivas, a primeira constituída por uma dissertação e quatro questões relativas à matéria do concurso, e, a segunda constituída de uma sentença civil e outra penal, tudo em conformidade com o estabelecido na proposta técnica da CONTRATADA;

XXI. Responsabilizar-se pela realização da terceira etapa do concurso, com exceção, no que diz respeito à sindicância de vida pregressa e investigação social, da análise da documentação de cunho policial que será de responsabilidade do CONTRATANTE

XXII. Convocar para a prova oral todos os candidatos aprovados na terceira etapa;

XXIII. Responsabilizar-se pela realização da prova oral (quarta etapa) de acordo com o disposto nos artigos 64 e 65 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o estabelecido na proposta técnica da CONTRATADA;

XXIV. Responsabilizar-se pela realização da avaliação de títulos (quinta etapa) de acordo com o disposto nos artigos 66, 67, 68 e 69 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o estabelecido na proposta técnica da CONTRATADA;

XXV. Responsabilizar-se pela análise dos recursos referentes à aplicação dos instrumentos de avaliação, bem como pela elaboração de respostas a esses recursos;

XXVI. Providenciar locação de espaço físico, organização, logística e todas as operações concernentes à aplicação das etapas do concurso público, de responsabilidade da CONTRATADA, oferecendo atendimento diferenciado aos candidatos com deficiência, de acordo com os critérios de razoabilidade e de viabilidade;

XXVII. Tomar as providências necessárias junto às Empresas de Energia Elétrica, Abastecimento de Água, Transporte Público, Trânsito e Segurança Pública na cidade de **Fortaleza/CE**, para que os respectivos serviços sejam mantidos no dia da aplicação das provas;

XXVIII. Coordenar a aplicação das etapas do concurso público, de responsabilidade da CONTRATADA;

XXIX. Proceder à correção e à apuração dos resultados das etapas do concurso público, de responsabilidade da CONTRATADA, vedada a subcontratação do objeto ora pactuado;

XXX. Analisar os recursos administrativos interpostos por candidatos, subsidiar as respostas às ações judiciais propostas em desfavor do CONTRATANTE e responder as que em seu desfavor sejam propostas, ambas referentes ao certame;

XXXI. Encaminhar ao CONTRATANTE a análise dos recursos interpostos pelos candidatos para julgamento da comissão regional do concurso e a devida apreciação antes da apuração do resultado e classificação final dos candidatos;

XXXII. Prestar assessoria técnica ao CONTRATANTE, em relação ao objeto deste



Contrato nos termos da proposta de serviços;

XXXIII. Fornecer os resultados das provas do concurso público em listagens e relatórios (confeccionados em Excel ou outro software a ser definido por acordo entre as partes), via mídia digital, de acordo com as especificações e dentro dos prazos previstos na proposta técnica;

XXXIV. Emitir ao CONTRATANTE os seguintes relatórios: a) relação em ordem alfabética e em ordem de classificação com as notas de todos os candidatos e a sua respectiva situação no concurso público; e b) relatório com os dados pessoais (nome, número de inscrição, endereço, telefone etc.) dos candidatos aprovados, para convocação e posse;

XXXV. Utilizar seus funcionários na execução dos serviços ora contratados, podendo, de acordo com as necessidades, fazer outras contratações por sua exclusiva iniciativa e responsabilidade, na forma da lei, notadamente, as previstas no artigo 10, inciso I, alínea "d"; art. 13; art. 24, inciso II, e art. 25 da Lei n.º 8.666/93;

XXXVI. Executar diretamente, de maneira integral, o objeto deste Contrato;

XXXVII. Manter as condições firmadas na proposta técnica, bem como as condições exigidas na contratação, durante todo o prazo de execução do contrato;

XXXVIII. Guardar, pelo prazo de validade do certame, em local apropriado, o cadastro dos candidatos inscritos, as folhas de respostas, as folhas de frequência e as demais planilhas de todos os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso; após esse prazo, encaminhar o material relativo às folhas de respostas para o CONTRATANTE, para que fique sob a sua responsabilidade;

XXXIX. Entregar o resultado final do certame ao CONTRATANTE;

XL. Realizar perícia médica nos candidatos que no ato de inscrição se declararem portadores de deficiência, por intermédio de equipe multidisciplinar, que verificará a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43, do Decreto Federal n.º 3.298/99 e suas alterações. A perícia médica será realizada na mesma ocasião do exame de sanidade física e mental conforme disposto no art. 75 da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça;

XLI. Verificar, por meio de procedimento administrativo e na modalidade presencial, a condição declarada para concorrer às vaga reservadas aos candidatos negros (pretos ou pardos), conforme previsto na Resolução de nº 203 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça;

XLII. Observar, em relação à contratação de empregados para execução do objeto deste contrato, os motivos de suspeição e impedimento dispostos no art. 20 da Resolução nº



Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responsabilizar-se-á, também perante terceiros, mormente os candidatos inscritos no Concurso Público, por prejuízos advindos do descumprimento de qualquer das atividades ou obrigações que lhe estejam afetas, nos termos deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Em face de impossibilidade técnica e legal de detecção e/ou interceptação de transmissões eletromagnéticas, feitas por intermédio de ponto eletrônico, telefonia celular, etc., a CONTRATADA em constatando eventos de tal natureza, e verificando pelos seus próprios meios o(s) nome(s) do(s) candidato(s) envolvido(s), procederá exclusivamente à anulação da(s) prova(s) do(s) mesmo(s). Tal procedimento estará restrito ao(s) candidato(s) envolvido(s), visto todas as medidas de segurança adotadas pela CONTRATADA para evitar tais ocorrências.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA poderá, eventualmente, na sua conveniência operacional, e sem prejuízo da qualidade e segurança do processo, transferir as obrigações decorrentes do presente contrato, no que tange as atividades abaixo relacionadas que poderão ser executadas por empresas especializadas:

- a) Lanche para o pessoal envolvido na aplicação (fiscal, pessoal de apoio, coordenador);
- b) Transporte local para os coordenadores;
- c) Despacho aéreo das provas;

2.3. Das inscrições

2.3.1. As inscrições para o concurso público deverão ser abertas pela CONTRATADA, perdurando por 30 (trinta) dias consecutivos, por intermédio da internet, no endereço eletrônico da CONTRATADA, disponível 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptamente, durante todo o período de inscrição.

2.3.2. Deverá ser disponibilizado pela instituição CONTRATADA pelo menos um posto de



inscrição equipado com um mínimo de cinco microcomputadores e respectivos periféricos, para utilização por candidatos que não tenham acesso à internet, em Fortaleza/CE, ao longo de todo o período de inscrição, exceto sábados, domingos e feriados.

2.3.3. O pagamento da taxa de inscrição é indispensável, conforme disposto no item 1.3., salvo nas hipóteses: (concordância com o item 2.2.1 "VII");

2.3.4. As inscrições observarão as disposições que se seguem:

a) a formalização da inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as regras e condições estabelecidas no edital de abertura de inscrições;

b) os dados ou informações e eventuais documentos fornecidos pelo candidato serão considerados de sua inteira responsabilidade;

c) a inscrição de candidatos com deficiência obedecerá aos mesmos procedimentos descritos nas alíneas anteriores;

d) no ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar esta condição e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação de desempenho dessas atribuições, para fins de aquisição de vitaliciedade;

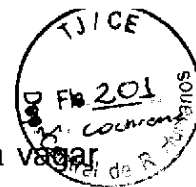
f) o candidato com deficiência poderá solicitar, por escrito, no ato da inscrição, condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e no art. 76 da Resolução nº 75/2009;

g) no ato da inscrição, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme disposto no art. 5º da Resolução nº 203, de 23 de junho de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

2.3.5. Do total de vagas, compreendendo aquelas que vierem a ser criadas ou a vagar durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 7º, parágrafo único e da Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, vedado o arredondamento superior;

2.3.6. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência e que se declararam negros que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por não enquadramento nas condições declaradas, serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem classificatória;

2.3.7. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida; e



2.3.8. Do total de vagas, compreendendo aquelas que vierem a ser criadas ou a serem criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão providas na forma da Resolução nº 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

2.4. Das provas

2.4.1. As provas serão realizadas na cidade de Fortaleza/CE, nas datas estabelecidas no cronograma de atividades, a serem definidas pelo CONTRATANTE e pela instituição CONTRATADA, observando os dispositivos da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça;

2.4.2. A CONTRATADA deverá elaborar as provas de acordo com os conteúdos estabelecidos pela Comissão do concurso;

2.4.4. A CONTRATADA deverá elaborar provas especiais para candidatos com deficiência, conforme sejam estas indicadas no formulário de inscrição;

2.4.5. Caberá à CONTRATADA montar, imprimir, conferir, embalar, lacrar, transportar e distribuir os cadernos de questões em quantidade suficiente às necessidades do concurso público;

2.4.6. Deverá ser adotado pela CONTRATADA mecanismo de segurança de identificação do candidato que lhe permita no momento da convocação para a posse, analisar e emitir laudo técnico comprobatório da identidade do candidato;

2.4.7. Os locais de aplicação das provas deverão ser selecionados pela CONTRATADA considerando-se facilidade de acesso, infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos candidatos, inclusive para aqueles com deficiência, e sinalização para orientar a movimentação dos candidatos no dia das provas;

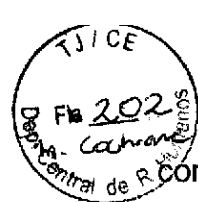
2.4.8. Todos os locais deverão dispor de banheiros femininos e masculinos, bebedouros coletivos, iluminação e ventilação adequadas;

2.4.9. Em cada local de prova deve haver, pelo menos, uma sala específica para lactantes.

2.5. Do pessoal

2.5.1. As bancas examinadoras para a elaboração e correção das questões das provas deverão ser compostas por profissionais, preferencialmente pós-graduados, de notório saber jurídica e reputação ilibada;

2.5.2. O CONTRATANTE deverá acatar o critério tradicional da isenção e



confidencialidade de constituição das bancas, para garantir a segurança e o sigilo da seleção de seus membros;

2.5.3. Cada membro componente das bancas examinadoras deverá assinar termo de compromisso a fim de garantir o sigilo em cada etapa do concurso e declarar que não possui parentes, até o terceiro grau, inscritos no certame, bem como não possuir qualquer vínculo profissional com instituições que ofereçam cursos preparatórios para concursos;

2.5.4. A CONTRATADA deverá selecionar e treinar profissionais em número suficiente para garantir o atendimento aos candidatos, em cada etapa do certame;

2.5.5. Caberá à CONTRATADA selecionar e capacitar os fiscais que atuarão na aplicação das provas, inclusive com treinamento específico para proceder à identificação dos candidatos;

2.5.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe para aplicação das provas, bem como serventes e seguranças em número compatível com cada local de prova;

2.5.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos um representante para gerenciar a aplicação das provas no dia de sua realização;

2.5.8. A CONTRATADA deverá dispor de Assessoria Técnica, Jurídica e Linguística em todas as etapas do concurso, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos candidatos e demais documentos necessários.

2.6. Dos recursos

2.6.1. A CONTRATADA deverá dispor de profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e ações judiciais interpostas por candidatos ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas), referentes ao concurso público;

2.6.2. A interposição de recursos dar-se-á por meio de formulário próprio, disponível no endereço da CONTRATADA na internet, com o preenchimento e envio on-line para a CONTRATADA, mediante recibo;

2.6.3. As demais orientações serão definidas em conjunto com o CONTRATANTE e constarão no respectivo edital.

2.7. Dos mecanismos de segurança

2.7.1. As áreas internas da CONTRATADA, onde serão elaboradas as provas deverão possuir acesso restrito, mediante controle de identificação digital, devendo ser utilizados

computadores não conectados às redes interna e externa;

2.7.2. Os cadernos de provas deverão ser lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável, devendo ser guardados em ambiente seguro da CONTRATADA, com antecedência máxima de 5 (cinco) dias da aplicação das provas;

2.7.3. O material de aplicação das provas deverá estar acondicionado em malotes de lona inviolável, lacrado e com cadeado, para transporte aos locais das provas, devendo os envelopes serem abertos na presença dos candidatos, mediante termo de abertura, no momento da aplicação das provas;

2.7.4. A CONTRATADA deverá adotar as medidas necessárias para assegurar o sigilo das provas durante seu transporte e distribuição até os locais de realização;

2.7.5 A CONTRATADA deverá utilizar detectores de metais nos locais de realização das provas;

2.7.6. Deverão ser proibidos, nos locais de aplicação das provas, o acesso de candidatos portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, inclusive telefone celular;

2.7.7. A CONTRATADA deverá dispor de todos os meios necessários a assegurar absoluto sigilo e segurança em todas as etapas do certame, desde a elaboração das questões das provas até a homologação dos resultados finais do concurso;

2.7.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência, antes da assinatura do contrato, para verificar a capacidade técnico-operacional da CONTRATADA, especialmente quanto ao item 2.7.1.

2.8. Dos resultados

2.8.1. A CONTRATADA deverá encaminhar diretamente ao CONTRATANTE os relatórios a seguir discriminados, em mídia ótica, em Excel ou outro software a ser definido por acordo entre as partes, compatível com a plataforma Windows, enviando também, em via impressa, os descritos nos itens “b” e “e”:

a) candidatos classificados, por ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e classificação;

b) candidatos classificados, por ordem de classificação, contendo os mesmos dados da lista anterior;

c) lista de escores e notas: relação de candidatos inscritos, em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade, notas das provas, total de pontos e classificação;

d) candidatos deficientes classificados por ordem alfabética, contendo número de



inscrição, nome, número do documento de identidade e classificação;

e) candidatos declarados negros classificados por ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e classificação;

f) relação dos candidatos classificados, em ordem alfabética e em ordem de classificação, com endereço, telefone e e-mail;

g) estatística dos inscritos, presentes, ausentes, habilitados e classificados.

2.8.1.1. Os arquivos digitais encaminhados devem conter dispositivos de segurança que impeçam sua alteração e garantam sua origem e integridade;

2.8.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no seu endereço na internet, todos os resultados dos candidatos, inclusive com busca por nome e/ou CPF.

2.9. Deslocamento, transporte, postagem, taxa bancária, encargos, impostos e outros

A CONTRATADA arcará com todas as despesas decorrentes da remuneração, alimentação e do deslocamento do pessoal de apoio, e dos integrantes da banca, do pessoal de coordenação e de fiscalização, assim como todas as despesas de transporte de todo o material relativo ao concurso, de postagem de comunicados, de taxas bancárias, bem como dos encargos, dos impostos e de outras despesas decorrentes do serviço contratado.

3. REQUISITOS GERAIS

Além das obrigações já descritas neste projeto básico, deverá a CONTRATADA:

3.1. Submeter, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do contratante, minuta de cronograma à Comissão do Concurso, discriminando todos os prazos em que as etapas do certame devem ser executadas, inclusive com previsão para encerramento das inscrições, conforme será disposto no Edital;

3.2. Apresentar no prazo de 10 dias após a assinatura do contrato, planejamento preliminar, a ser submetido à apreciação do CONTRATANTE, discriminando e detalhando todos os procedimentos a serem adotados relativamente a:

a) elaboração de editais e divulgação;

b) inscrições de candidatos, inclusive os com deficiência e os que se declararam negros;

c) cadastramento dos candidatos;

- d) seleção dos profissionais que comporão a banca examinadora;
- e) critérios para elaboração de conteúdos e questões das provas;
- f) confecção dos cadernos de provas e folhas de respostas;
- g) reprodução do material;
- h) logística para a aplicação das provas;
- i) aplicação das provas;
- j) métodos de segurança a serem empregados para a elaboração das provas, para a identificação dos candidatos e para a aplicação das provas;
- k) avaliação das provas;
- l) divulgação dos resultados das provas;
- m) encaminhamento de recursos;
- n) apreciação dos recursos;
- o) serviços de informação e apoio aos candidatos; e
- p) outros que se fizerem necessários.

3.3. Apresentar cronograma definitivo, a ser submetido à apreciação do CONTRATANTE, na qual estejam discriminados todos os prazos em que as etapas do concurso devem ser executadas;

3.4. Prestar pronto atendimento a candidatos ou terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) no esclarecimento de dúvidas quanto aos regulamentos do concurso, tornando disponíveis, para tanto: pessoas, linha telefônica, correio eletrônico (e-mail), fac-símile, internet, correspondência e outros;

3.5. Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização;

3.6. Apresentar ao CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma a que se refere o item 3.3., as relações de candidatos aprovados e classificados no concurso;

3.7. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

3.8. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às suas expensas as correspondentes despesas, no todo ou em parte, de serviços em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação;

3.9. Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por



encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato;

3.10. Solicitar a prévia e expressa aprovação do CONTRATANTE quanto aos procedimentos a serem adotados e características do certame, em todas as suas etapas;

3.11. Assegurar todas as condições para que o CONTRATANTE fiscalize a execução do contrato;

3.12. Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do concurso público, arcando com todos os ônus dele decorrentes, desde que comprovada a sua culpa;

3.13. Manter em arquivo, durante o prazo de validade do concurso, todos os documentos apresentados pelos candidatos, notadamente as folhas de resposta das provas objetivas e discursivas;

3.14. Durante o prazo de validade do concurso, e para fins de posse, disponibilizar ao CONTRATANTE serviço de identificação do candidato, sem quaisquer ônus adicionais a este Tribunal;

4. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

No que diz respeito às hipóteses legalmente especificadas para a celebração de contrato, dispensando o procedimento licitatório, encontram-se duas possibilidades *prima facie* de dispensa genérica de licitação para contratação do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe). A primeira refere-se à autorização constante do art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, com suas atualizações legais, *in verbis*:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Pelo exposto, evidencia-se ser o Cebbraspe instituição brasileira incumbida estatutariamente, como finalidade e objetivos dessa associação, do fomento e da promoção do ensino e da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e do desenvolvimento institucional.

Ainda, outra razão determinaria o reconhecimento da possibilidade de contratação do Cebbraspe dispensado o processo de licitação. O art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93, com

suas atualizações legais, estatui:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

O Cebraspe, qualificado como organização social, por meio do Decreto n.º 8.088, de 19 de agosto de 2013, está autorizado pelo contrato de gestão a realizar as grandes avaliações e seleções nacionais.

Nessas condições, os incisos XIII e XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas atualizações legais, constituem, de per si e respectivamente, razões autônomas e suficientes para a dispensa de licitação na aquisição de bens produzidos ou serviços prestados pelo Cebraspe em sua contratação.

5. DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços objeto deste projeto, será efetuado pelo CONTRATANTE, de acordo com o cronograma abaixo, tendo por base o valor contratado:

- a) 30% após o encerramento das inscrições;
- b) 20% após o resultado da 1ª etapa - entrega dos resultados da Prova Seletiva Objetiva;
- c) 20% após o resultado da 2ª etapa – entrega dos resultados da Prova Discursiva;
- d) 10% após o resultado da 3ª etapa – entrega dos resultados da Prova Prática;
- e) 10% após o resultado da 4ª etapa – entrega dos resultados da Prova Oral;
- f) 10% após o resultado da entrega dos resultados finais.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, a serem aplicadas pela autoridade competente do CONTRATANTE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais;

6.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;



b) multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado na entrega do cronograma contido na cláusula 3.1 deste Projeto Básico;

c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado no cumprimento das datas estabelecidas no cronograma fornecido pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE para os seguintes eventos: encaminhamento ao CONTRATANTE da proposta de Edital de abertura de inscrições, abertura de inscrições, aplicação das provas objetivas/discursivas, divulgação do gabarito das provas, envio ao CONTRATANTE da lista de classificados e envio ao CONTRATANTE da lista de classificação;

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Projeto Básico;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de eventual sanção aplicada;

g) rescisão unilateral do contrato, em caso de inadimplemento total do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

6.3. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando:

a) injustificadamente, o prazo para o encerramento das inscrições, estipulado na cláusula 3.1 não for cumprido ou quando ocorrer atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias na entrega do cronograma solicitado na cláusula 3.1;

b) o descumprimento total da obrigação assumida (a título de responsabilidade pré-contratual), resultante da recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, nos termos do artigo 81 da Lei nº 8.666/93;

6.4. As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pela comissão gestora do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório;

6.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

6.6. As sanções de advertência, suspensão e impedimento de licitar e contratar com a



União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

6.7. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

6.8. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;

6.9. Os valores das multas, que porventura forem aplicadas à CONTRATADA, serão automaticamente descontados dos créditos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE. Caso esses créditos não sejam suficientes para cobrir as multas, a CONTRATADA será notificada para recolher os valores devido, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação. Caso não o faça, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei n.º 6.830/1980, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo;

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será realizada pela Comissão do Concurso, designada pela Portaria nº 1360/2017, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 17/08/17.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia no ato da assinatura do contrato, equivalente a 5% do valor global do contrato, sob quaisquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1 da Lei nº 8.666/93;

8.2. Caso haja renovação do contrato ou ajuste de preços, deverão ser feitas as adequações necessárias, quanto a vigência e cobertura, nos documentos de garantia;

8.3. A garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas.

8.4 A garantia ofertada deverá cobrir multas aplicadas, e não deverá ser proporcional ao tempo de vigência do contrato e será devolvida ao término da avença, após cumprimento das obrigações assumidas. Não será aceita cláusula que preveja a realização do contrato



por terceiros, bem como cláusula que preveja a subrogação da seguradora nos créditos da segurada. Deve, também, ser concedido pela seguradora prazo mínimo de 30 (trinta) dias para comunicação pelo TJCE das falhas cometidas pela segurada.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Projeto Básico correrá à conta dos recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, tendo como fonte dos Recursos os Recursos Próprios, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200011.02.122.500.21814.15.33903900.27000.1.20

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período;

10.2. O concurso destina-se ao provimento de cargos atualmente vagos, que vierem a vagar ou forem criados dentro do prazo de validade previsto no edital de abertura de inscrições e à formação de cadastro de reserva;

10.3. O candidato classificado no concurso de que trata este projeto básico será investido no cargo de Juiz Substituto desde que atenda às seguintes exigências, na data da posse:

- a) Ser aprovado no concurso público;
- b) Estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos;
- c) Ter nacionalidade brasileira;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares;
- e) Ter, por ocasião da inscrição definitiva, 3 (três) anos de atividade jurídica, exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito;
- f) Ter, na investigação procedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, comprovados bons antecedentes morais e sociais, bem como saúde física e mental e características psicológicas adequadas ao exercício do cargo;
- g) Não possuir sentença criminal condenatória transitada em julgado, não estar sendo processado criminalmente e nem ter sofrido penalidades por prática de atos

desabonadores no exercício profissional;

h) Cumprir as determinações do Edital.;

10.4 O candidato classificado no concurso público poderá dele desistir, definitiva ou temporariamente, mediante requerimento endereçado à Presidência do CONTRATANTE, até o último dia útil anterior à data da posse;

10.5. O candidato que desistir definitivamente será, para todos os efeitos, excluído do concurso público;

10.6. O candidato que desistir temporariamente renunciará a sua classificação e será posicionado em último lugar na lista de aprovados;

10.7. Os candidatos classificados serão convocados para escolher, em audiência pública, observada a ordem de classificação, a localidade onde terão exercício, dentre aquelas que estiverem vagas e forem apontadas, pelo CONTRATANTE, como de provimento prioritário;

10.8. O candidato que não atender, tempestivamente, a convocação prevista no item anterior perderá o direito a opção pela localidade onde haja vaga e terá sua lotação definida pela Presidência do CONTRATANTE, dentre as vagas remanescentes consideradas as disponibilizadas na audiência pública;

10.9. Poderá o CONTRATANTE determinar aos candidatos classificados outro método para a escolha da localidade;

10.10. Imediatamente após a posse, os Juízes Substitutos deverão frequentar Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados, ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), que os avaliará quanto ao conteúdo programático e à conduta mantida no período, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento do magistrado, na forma dos arts. 17 a 22 da Resolução nº 02, de 08 de junho de 2016, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM). O vitaliciamento restará condicionado à conclusão, com aproveitamento regular, do curso de formação inicial de magistrados.

10.11. Os aprovados e nomeados somente passarão a atuar nas unidades para as quais forem designados, como titulares, após conclusão, com aproveitamento regular, do curso de formação inicial de magistrados.

11. DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário



Eletrônico da Justiça, admitida a prorrogação, se houver atraso no cronograma de execução das atividades, mediante acordo entre as partes, firmado por termo aditivo ao contrato.

11.2. O contrato poderá ter o fim de sua vigência antecipada caso seja exaurido o seu objeto.

Fortaleza, 07 de novembro de 2017.



Washington Luís Bezerra de Araújo

Vice Presidente - Presidente da Comissão do Concurso